

Gêneros textuais, esferas profissionais e educação

Jayme Paviani¹

Marcos Baltar²

Neires Maria Soldatelli Paviani³

Niura Maria Fontana⁴

Normelio Zanotto⁵

A importância do debate e das aplicações do conceito de gêneros textuais/discursivos (dependendo da ênfase no texto ou no discurso) torna-se evidente pelo grande número de pesquisas, publicações, dissertações e teses versando sobre questões teóricas e aplicadas ligadas a esse objeto de estudo. Não menos importante têm sido as discussões apresentadas em eventos científicos, especialmente os da área de lingüística aplicada. Um evento que vem congregando estudiosos da área, do Brasil e do Exterior, é o *Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, cuja primeira edição foi realizada em Londrina, Paraná, no ano de 2003, por iniciativa da Universidade Estadual de Londrina, sob a denominação *Simpósio Internacional de Lingüística Contrastiva e Gêneros Textuais – Silic & GET*. Seguiram-se outras edições do evento, sempre sob a responsabilidade de universidades ou Instituições de Ensino Superior (IES), que ocorreram, respectivamente, em União da Vitória, Paraná, em 2004 (com a denominação *II Simpósio Nacional de Estudo dos Gêneros Textuais*, quando adotou a sigla siget), em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 2005 (quando assumiu caráter internacional, passando a denominar-se *Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*) e em Tubarão, Santa Catarina, em 2007. A próxima edição acontecerá em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, em 2009.⁶

1 Professor na Universidade de Caxias do Sul. Pós-Doutorado pelo Università degli Studi di Padova, Itália.

2 Professor na Universidade de Caxias do Sul. Pós-Doutorado pelo Université de Génève, Suíça.

3 Professora na Universidade de Caxias do Sul. Doutora em Educação Área de Metodologia de Ensino pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

4 Professora na Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Applied Linguistics pela University of Wales, Gales.

5 Professor na Universidade de Caxias do Sul. Doutor em Línguas Modernas pela Universidad Del Salvador, Argentina.

6 O V Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais acontecerá de 11 a 14 de agosto de 2009, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, numa realização da Universidade de Caxias do Sul.

A atenção que o evento vem atraindo deve-se, principalmente, ao fato de a concepção de gênero textual/discursivo constituir parte de uma vertente teórica que vincula a linguagem à vida social, abrindo interessantes e produtivas perspectivas de aplicação nas diversas áreas de atividade humana. Neste ensaio, toma-se como ponto de partida a noção clássica de gênero como um mecanismo de categorização geral, para depois focar a noção de gênero como instrumento de estruturação e também de categorização das produções de linguagem, desembocando na educação.

Começando pela visão clássica da noção de gênero

Tradicionalmente, o conceito de gênero teve função destacada na História da Arte e da Literatura. Trata-se de um conceito ou categoria que, desde a Grécia antiga até hoje, de um modo ou de outro, sempre esteve em destaque. As mudanças conceituais por que passou o gênero são ricas em detalhes e perspectivas. Todavia, há uma diferença fundamental de compreensão, interpretação e uso do conceito, primeiro, no horizonte da concepção metafísica, próprio da tradição ocidental, e, segundo, no atual cenário pós-metafísico.

Embora hoje possamos empregar o conceito de gênero, dentro de diversas perspectivas dos estudos da linguagem, é útil e, até, necessário, em certos casos, retornar criticamente às contribuições do passado. Nesse sentido, não é possível ignorar as contribuições de Platão, Aristóteles, Quintiliano, Montaigne, Hegel e de outros autores.

Ainda é possível acrescentar que, se o gênero tinha uma função restrita no campo das manifestações artísticas, hoje o conceito de gênero abarca um domínio bem maior, pois, com ele, podemos descrever e analisar, além dos textos e dos discursos, os processos sociais e educativos. Atingem-se, assim, com sua investigação, aspectos básicos da aprendizagem.

Pelo que se tem notícia, a partir dos textos antigos, Platão é o primeiro que falou em gênero, mas foi Aristóteles quem teorizou sobre ele. Aristóteles, nos *Tópicos*, portanto, no âmbito da lógica, da retórica e da gramática, isto é, sob o ponto de vista da linguagem, indaga o que se pode dizer que é a definição, o específico de qualquer coisa, o gênero e o acidente (*Tópicos*, I, 5, 102a) e sobre a expressão e os gêneros de discursos (*Retórica*, III).

Aristóteles, nos *Tópicos*, analisa e define os quatro predicados como elementos constitutivos das proposições: a definição, o próprio de qualquer coisa, o gênero e o

acidente. Ele estabelece regras e exemplos que nos permitem distinguir esses elementos. Depois de dizer em que consiste a definição, vista como discurso ou enunciado que significa o que é o sujeito e dá outras características, e, ainda, após, definir o próprio de qualquer coisa, que não exprime a essência do sujeito, mas que pertence a uma só coisa e se predica no lugar da coisa, Aristóteles afirma que

o gênero é o que se predica por essência de múltiplos sujeitos que diferem em espécie e cumpre haver como predicados essenciais todos os termos, de uma forma tal, que se adequem com propriedade à questão: Que é o sujeito que está na nossa frente? Por exemplo, no caso do homem, se perguntamos quem é, a resposta com propriedade é que é um animal. A pergunta: está algo no mesmo gênero, pois uma pergunta como essa situa-se no mesmo âmbito de pesquisa do gênero. Uma vez demonstrado, na controvérsia, que animal é o gênero de homem, e também de boi, teremos demonstrado que ambos pertencem ao mesmo gênero, mas se mostramos que animal é o gênero de um, e não de outro, teremos demonstrado que eles não são do mesmo gênero. (TÓPICOS, 5, 20-30, 102a).

No sentido lógico, o *gênero*, prescindido de outros significados mais específicos propostos por Aristóteles, indica um grupo de seres ou objetos dotados de propriedades comuns, mas divisível, em grupos menores, chamados *espécies*. Nessa concepção, a universalidade do gênero, enquanto conceito ou unidade lógica, é determinada como espécie ao se acrescentar um novo atributo chamado *diferença específica*. A filosofia da tradição usou essas categorias (gênero, espécie e diferença específica), sob os pontos de vista lógico e ontológico, para falar ou alcançar a essência das coisas. Na Idade Média, por exemplo, consagraram-se expressões como “o gênero contém as diferenças” ou “o gênero inclui mais ser que a espécie” ou ainda “o gênero é menos perfeito do que a espécie”.

Aristóteles, na *Retórica*, mostra que a cada gênero corresponde uma expressão diferente. A prosa escrita e a oralidade não são a mesma coisa nem a retórica política e a jurídica. Por exemplo, na escrita impera maior rigor, enquanto nos debates introduz-se a representação teatral (*Retórica*. Livro III, 12, 1413b). Enfim, Aristóteles estabelece como referências básicas os gêneros *deliberativo* e *jurídico* que se distinguem por seu maior ou menor caráter declaratório, além do gênero *epidítico* (demonstrativo) próprio da escrita, adequado à leitura e ao rigor dos logógrafos. Inicia-se, desse modo, um longo percurso de investigações sobre o discurso, o ato de fala, a escrita, que dura até hoje e que cresce no decorrer do tempo em extensão e complexidade. Aristóteles, ao classificar esses três gêneros de discursos retóricos, já apontava uma estrutura formal para os proferimentos linguísticos, ou ainda como Martin Heidegger se refere, em *Ser e tempo*, ao ato de perguntar, supondo quem fala ou pergunta, aquilo sobre o que se fala ou pergunta e

aquele a quem se fala ou pergunta. Portanto, com Aristóteles, tem-se início a análise formal do gênero, ao chamar a atenção sobre o sujeito do discurso, o público, o tempo, o ato realizado, os valores e os argumentos nele contidos.

Graças a Platão e a Aristóteles, durante séculos, deu-se ênfase aos gêneros artísticos e literários. Assim, estamos acostumados a distinguir tragédia, comédia, epopéia, aulética, citarística, etc. Basta ir a uma locadora de filmes, que os encontramos classificados em romance, aventura, drama, ficção científica, etc. Ao mesmo tempo que isso ocorre, também é verdade que esse modo de classificar apresenta, em nossa época, grandes dificuldades, pois, tanto textos como filmes podem ser, simultaneamente, de aventura e romance, trágico e cômico e, assim por diante. Em arte, por exemplo, a produção contemporânea não cabe mais nas qualificações tradicionais. Isso significa que o conceito tradicional de gênero entrou em crise. Não podemos mais nos referir aos gêneros como o fazia Platão, em *A República* (livros II, III, X), ao falar de poesia e de pintura. Com o advento da modernidade e da pós-metafísica, houve uma radical mudança conceitual de gênero e, de resto, como aconteceu igualmente com outros conceitos antigos ou novos.

Mais de duas dezenas de autores importantes inauguram tendências diferentes na investigação dos gêneros e quase sempre numa perspectiva interdisciplinar e sociointeracional. Na realidade, o nome gênero textual ou discursivo, apesar de aparentemente restrito, permite um alargamento dos estudos. Assim, as ciências humanas todas, através do estudo dos gêneros, podem investigar as ações humanas, a organização social, as relações institucionais e os processos de aprendizagem. A questão do discurso ou simplesmente da linguagem invadiu todos os lugares da ciência, da tecnologia e da vida social. Não se trata apenas do ensino da língua, mas da aprendizagem em geral. Por isso, sem cair em generalizações e reducionismos perniciosos, podemos tirar proveito da prática dos gêneros se analisados e explicados com rigor e abertura de espírito.

A visão contemporânea de gêneros de textos

No campo da linguagem, a visão tradicional de gêneros, a partir de suas raízes clássicas, desenvolveu-se prioritariamente na área dos estudos literários, apresentando algumas características, que são apontadas por Freedman and Medway (1994): os gêneros são fixos e imutáveis, são definidos por meio de regularidades lingüísticas da forma e do conteúdo e são classificados em categorias mutuamente excludentes. Como exemplo, temos a classificação de textos literários em líricos, épicos ou

dramáticos e a subcategorização dos textos líricos em odes e sonetos. Nesse caso, o ensino de gêneros, além de circunscrito à produção literária, seguia a tradição prescritivista. O foco da análise recai sobre o texto em si, suas características, sua estrutura, os recursos lingüísticos e expressivos que emprega, entre outros aspectos inerentes ao fenômeno literário.

Em contraposição, a visão contemporânea de gêneros textuais/discursivos aplica-se principalmente aos textos não literários, entendendo-os como formas de engajar-se retoricamente em situações de comunicação recorrentes, derivando da necessidade que um falante tem de agir numa situação social, dentro de uma cultura particular. Na verdade, a concepção atual de gênero textual/discursivo resulta das contribuições convergentes de várias correntes teóricas, de certo modo interligadas pela compreensão do papel desempenhado pelos fatores sociais na linguagem. Esse ponto de vista, não mais centrado na língua como sistema, reúne várias tendências, entre as quais é importante destacar aspectos envolvidos na:

- revisão das noções clássicas de retórica, incluindo contexto, audiência e ocasião;
- concepção de linguagem como ação social (ou seja, como forma de interagir com os outros no mundo);
- teoria dos atos de fala (a fala entendida como ação, pressupondo sempre a existência do contexto);
- análise crítica das produções de linguagem (exploração das dimensões política e ideológica do uso da linguagem, tomadas como objeto de estudo de várias disciplinas ou áreas de investigação, entre as quais a análise crítica do discurso, a análise do discurso francesa, a teoria social, a sociologia, os estudos culturais e a educação).

A evolução e particularização do termo gênero (textual/discursivo) aplicado à linguagem tem em Bakhtin e em participantes do círculo bakhtiniano seu arcabouço principal. Partindo do estudo e da teorização dos gêneros literários, o autor amplia o foco de análise para incluir as produções verbais por meio das quais se dá a interação na vida social. Além de Mikhail Bakhtin, alguns dos teóricos mais influentes na redefinição de gênero textual/discursivo são: Carolyn Miller, John Swales e Vijay Kumar Bhatia, Michael Halliday e a Escola de Sydney, Jean-Paul Bronckart e a escola de Genebra. Por isso, afirmar que o conceito tradicional de gênero entrou em crise sinaliza – até com base na etimologia do vocábulo crise – na direção de certa desestabilização do *statu quo* da conceituação tradicional que aponta para a necessidade de mudança, de avanço para novos patamares.

Na verdade, existem atualmente teorizações diversas sobre gêneros textuais/discursivos, que podem, grosso modo, ser reunidas em três grandes correntes: a

sociorretórica, a sociodiscursiva e a sociossemiótica. Pela própria denominação, percebe-se que essas abordagens têm em comum a consideração central dos aspectos sociais da linguagem, de preferência aos estruturais (sem, no entanto, descartá-los). Quanto às especificidades, no âmbito deste ensaio, destacaremos duas: a sociorretórica e a sociodiscursiva.

No seio da corrente sociodiscursiva, convivem algumas linhas, dentre as quais mencionaremos a visão discursiva de Bakhtin e o interacionismo sociodiscursivo de Bronckart.

A noção de gênero, como entendida hoje, estabelece claramente a relação entre língua, linguagem e sociedade, como fenômeno histórico. Afirma Bakhtin (2003):

Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos. (p. 268).

De acordo com Bakhtin (2003), o gênero corresponde à forma padrão assumida pelas produções verbais, forma essa cristalizada pelo uso e pela aceitação da comunidade de falantes, por atenderem aos propósitos comunicativos dos interagentes. Embora particulares, os enunciados guardam certos traços em comum, o que os torna reconhecíveis e passíveis de uso recorrente.

Ainda segundo o autor, todos os campos da atividade humana produzem enunciados “concretos e únicos” que atendem aos propósitos comunicativos dos interagentes. Tais enunciados constituem-se pela íntima e indissociável inter-relação de três fatores: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Os enunciados, embora particulares, guardam certos traços em comum que são “relativamente estáveis”; os tipos relativamente estáveis são os gêneros do discurso. Mais adiante, Bakhtin refere-se a *tipos de enunciados* e *formas típicas de enunciados* como equivalentes a *gêneros do discurso*. (p. 265).

Nesse caso, o gênero pode ser entendido como mecanismo estruturador das produções verbais orais e escritas, no sentido bakhtiniano do termo, uma vez que todos os textos produzidos nas diversas áreas de atividade humana podem ser agrupados de acordo com algumas características sociodiscursivas e composicionais peculiares. Bronckart (2003), seguindo a mesma linha, afirma que o gênero corresponde a um “modelo abstrato” para a realização de produções verbais que se assemelham do ponto de vista enunciativo e organizacional, a partir de um repertório disponível para todos os falantes da língua.

Na prática, os textos concretos correspondem a realizações únicas de gêneros textuais, que “apresentam *características sociocomunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica”. (MARCUSCHI, 2002, p. 23). Nesse sentido, são exemplos de gêneros textuais: notícia, reportagem, anúncio publicitário, anúncio classificado, entrevista, *outdoor*, cardápio, romance, poema, história em quadrinhos, charge, carta, ofício, *e-mail*, *curriculum vitae*, verbete de dicionário, relato histórico, artigo científico, relatório, telefonema, entre inúmeros outros.

No quadro teórico denominado Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), (BRONCKART, 1997, 2005; SCHNEUWLY; DOLZ, 2004), o conceito de gênero está associado aos conceitos de *atividade*, *ação* e *agir*. Enquanto o conceito de atividade é de ordem sociológica (implicando as dimensões motivacionais e intencionais mobilizadas no âmbito coletivo), e o conceito de ação é de ordem psicológica (implicando as dimensões motivacionais e intencionais mobilizadas no âmbito individual), o conceito de agir é interpretativo e designa toda forma de intervenção orientada de um ou mais seres humanos no mundo.

Nesse quadro, verdadeiro amálgama teórico que atualiza, em sua essência, pressupostos de Habermas (1987), Foucault (1969), Bakhtin (1997) e Vigotsky (1985), o conceito de gênero é de ordem discursiva. Entende-se por discursivo no ISD aquilo que diz respeito à língua em funcionamento na sociedade, ou seja, a língua funcionando como mediadora das interações entre os humanos que se envolvem em atividades de linguagem e intervêm no mundo através de ações de linguagem.

Como toda ação, a ação de linguagem apresenta, ao mesmo tempo, uma dimensão comportamental ou física (ela requer um ato de tomada da fala ou da escrita de um agente inscrito no espaço-tempo, eventualmente em co-presença com outros agentes) e uma dimensão social (ela se inscreve em uma forma de interação que predetermina os objetivos que podem ser almejados e que consagra aos agentes emissores e receptores um papel social específico).

Os lugares ou instituições sociais em que se organizam diferentes formas de produção com as respectivas estratégias de compreensão, em que ocorrem as atividades e as ações de linguagem, por meio de gêneros textuais e de textos empíricos, são denominados ambientes discursivos. A noção de texto da qual se utiliza o ISD se assemelha à noção bakhtiniana de enunciado/texto/discurso, ou seja, trata-se da unidade comunicativa verbal: oral ou escrita, gerada por uma ação de linguagem, que se acumula historicamente “no mundo das obras humanas”, que os indivíduos utilizam para interagir uns com os outros nos diferentes ambientes discursivos da sociedade.

O ISD considera que há espécies de textos funcionando como *megainstrumentos de interação sociodiscursiva*,⁷ disponíveis no arqutexto, cuja análise e conceitualização dão origem ao conceito de gêneros textuais empregado pelo ISD.

Não é possível submeter os gêneros textuais a uma classificação exaustiva, pois eles existem na sociedade de forma potencialmente infinita, da mesma forma como são as atividades coletivas e as ações individuais de linguagem – verbais (orais e escritas) e não verbais – empreendidas pelos humanos. Bronckart (2004), por exemplo, reforçando o novo conceito e a nova postura diante dos *gêneros de texto*, mapeia vários elementos que perfazem os gêneros:

A realização efetiva de uma ação de linguagem, no quadro de uma determinada formação social, procede da exploração das formas comunicativas que nela estão em uso. Em outros termos, requer empréstimos dos *construtos históricos* que são os **gêneros de textos**. Disponíveis no *arqutexto*,⁸ esses gêneros se adaptam permanentemente à evolução das questões **sociocomunicativas** e são, portanto, portadores de múltiplas indexações sociais. São organizados em *nebulosas*, com fronteiras vagas e movediças, e, conseqüentemente, não podem ser objeto de uma classificação rigorosa. (p. 107, destaques do autor).

Como se vê, os textos, de acordo com suas características estruturais e funcionais, como unidades de interação verbal humana, podem ser classificados em gêneros textuais, o que garante sua indexação no inventário geral historicamente construído pela interação humana denominado arqutexto. Cada vez que ocorre uma ação de linguagem, os textos etiquetados em gêneros são atualizados, sendo sempre suscetíveis a mudanças acarretadas pelo estilo individual dos interlocutores e pelas restrições contextuais das ações de linguagem produzidas historicamente. Os gêneros, permanente – e necessariamente – vão se adaptando às novas realidades sociodiscursivas que a evolução natural faz surgir, em todos os níveis e esferas da sociedade. Se não fosse assim, como havia advertido Bakhtin (1986), a cada nova interação seria necessário criar um novo gênero textual. O reconhecimento e a escolha de um gênero que mediatiza o interagir verbal humano é a primeira instância da interação verbal humana e é sempre interdependente de uma ação geral não verbal que se processa num determinado tempo e lugar social.

7 Ver Schneuwly e Dolz (2004).

8 Segundo Bronckart (2004, p. 100), o arqutexto é constituído pelo conjunto de gêneros de textos produzidos ao longo do tempo.

Marcuschi (2002, p. 23) enfatiza que os *gêneros textuais* abrangem “um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função”. O acréscimo que Marcuschi faz diz respeito à determinação dos gêneros, ou seja, que fatores distinguem um gênero de outro. Segundo o autor: o canal, o estilo, o conteúdo, a composição e a função.

Dos autores da sociorretórica-retórica que têm contribuído para a discussão dos gêneros textuais dentro do quadro da lingüística, além de Miller (1994), destacamos especialmente os trabalhos de Swales (1990), Bhatia (1993) e Bazerman (2004, 2007).

É possível dizer que os três últimos têm em comum o fato de levarem em consideração ao mesmo tempo aspectos formais e contextuais na categorização de gêneros textuais, atribuindo vital importância às práticas sociais situadas dos usuários na análise e categorização dos textos/gêneros. Swales (1990) define gênero como

uma classe de eventos discursivos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos [...] que são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva [...] e demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, conteúdo, estilo e público-alvo [...] têm nomes que são herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades [...] constituindo uma comunicação etnográfica valiosa, que tipicamente precisam de validação adicional. (p. 58).

Bazerman (2004, p. 34) considera importante: “[...] levar em consideração o sistema de atividades juntamente com o sistema de gêneros [...] focalizando no que as pessoas fazem e em como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar nos textos como fins em si mesmo.”

Bhatia, por sua vez, embora muito influenciado pelo trabalho de Swales, destaca o fato de que a análise de Swales negligencia os aspectos psicológicos, incluindo os cognitivos, que contribuem para a dinamicidade dos gêneros. Bhatia (1993) comenta que

Swales oferece uma boa fusão de fatores lingüísticos e sociológicos na sua definição de gênero; entretanto, ele subestima os fatores psicológicos, diminuindo a importância dos aspectos táticos da construção de gêneros, o que desempenha um papel significativo no conceito de gênero como um processo social dinâmico e não como um processo estático. (p. 16).

O autor assevera que “cada gênero é uma instância de comunicação exitosa de um propósito específico em que se usa um conhecimento convencionalizado dos recursos lingüísticos e discursivos”. Defende a tese de que a análise de gêneros é um modo

de análise de discurso em que múltiplas disciplinas podem aportar subsídios aos analistas. Sugere que para proceder a uma análise equilibrada, os analistas devem lançar mão de três tipos de orientação: uma orientação lingüística, em que se privilegiem traços lingüísticos, discursivos e retóricos (gramaticais, lexicais, estilos, registros, etc.); uma orientação sociológica, que permita ao analista entender como um determinado gênero define, organiza e comunica a realidade social. Nesse sentido, Bhatia (1993) argumenta que

esse aspecto da realidade do gênero enfatiza que o texto por si só não é um objeto completo com significado em si mesmo, devendo ser considerado como um processo contínuo de negociação num contexto de questões, tais como: papéis sociais, propósitos de grupos, preferências profissionais e organizacionais e pré-requisitos, além de restrições culturais. Um conhecimento exaustivo do contexto sociológico e cultural fornece uma das mais importantes contribuições a que Geertz (1973) se refere como uma densa descrição de qualquer realidade social, incluindo o comportamento lingüístico de qualquer realidade social, de qualquer comunidade de falantes: acadêmica ou profissional. (p. 18).

E, finalmente, uma orientação psicológica ou psicolingüística, em que se focalizam os aspectos táticos ou estratégicos da construção de gêneros. Enquanto o aspecto psicolingüístico da análise de gêneros tem a ver com a estruturação cognitiva, o aspecto tático refere-se às escolhas estratégicas individuais que o produtor de texto faz a fim de tornar a ação mediada pelo texto/gênero eficaz, alcançando, assim, seu propósito comunicativo. A escolha dessas estratégias leva em conta muitos fatores tais como a especificidade da audiência, os meios utilizados na ação de linguagem, além das convenções e restrições próprias do gênero textual em questão.

Bhatia faz questão de frisar que essas estratégias não alteram o propósito comunicativo essencial do gênero. São maneiras específicas de organização retórica para conseguir efeitos desejados, sem infringir as restrições e convenções do gênero já estabelecidas pela comunidade de falantes. O autor dá como exemplo alguns vieses dados às notícias de jornal, visíveis quando se comparam notícias sobre o mesmo fato/tema, escritas por jornalistas diferentes, em periódicos diferentes.

Apesar da aparente diversidade de orientações seguidas no estudo e na conceituação dos gêneros, Bhatia (1997) apresenta três traços comuns que as caracterizam: a) a ênfase no *conhecimento convencional*, responsável pela *integridade* de cada gênero; b) *versatilidade da descrição dos gêneros*; c) *tendência para a inovação*.

O *conhecimento convencional* refere-se ao domínio de certos padrões de utilização de determinado gênero por parte dos membros de uma comunidade discursiva.

A *versatilidade genérica* refere-se ao fato de que um gênero de texto pode ser descrito em vários níveis. Bhatia exemplifica citando o discurso promocional, domínio em que é encontrado, no nível mais alto de generalização, o discurso promocional na forma de uma constelação de gêneros. Esse nível corresponde à *categoria de gênero*, o *discurso promocional*. Subordinada à categoria genérica *discurso promocional* está uma constelação de gêneros, entre os quais Bhatia (1997, p. 4-5) cita: anúncios, cartas promocionais, inscrições para emprego, sinopses de livros, panfletos comerciais, panfletos turísticos, que são vistos como uma “colônia discursiva intimamente relacionada” devido à superposição de propósitos discursivos.

Quanto à *integridade genérica versus tendência à inovação*, a orientação que fundamenta o estudo da teoria dos gêneros propõe uma dicotomia pelo menos aparentemente contraditória. De um lado, a integridade genérica representa uma força conservadora; de outro, a tendência à inovação aponta à criatividade, à mudança. As forças de estabilização encontram respaldo nos membros experientes da comunidade discursiva. Já as que pendem para a mudança são atribuídas às necessidades da multimídia, à tecnologia informacional, ao mundo do trabalho, ao ambiente profissional e, acima de tudo, à necessidade de criatividade e inovação na comunicação profissional. (BHATIA, 1997, p. 6).

Bhatia (1997) destaca, ainda, alguns tópicos que pretendem “elucidar a teoria da análise de gêneros”, além de identificar algumas questões importantes e discutir as implicações dessas questões no ensino e na aprendizagem de línguas. O autor define a *análise de gêneros* como sendo “o estudo do comportamento lingüístico situado em contextos acadêmicos ou profissionais” (p. 1). A teoria dos gêneros, segundo ele, assenta-se basicamente em três orientações, dependendo dos autores que dela estejam tratando: *tipologias de ações retóricas; regularidades de processos sociais gradativos e orientados para uma meta; e consistência de propósitos comunicativos*. Em síntese, na perspectiva socioretórica-retórica, os gêneros textuais são ações retóricas tipificadas, recorrentes e situadas que organizam e estruturam a comunicação/interação humana em sociedade.

Noção de gênero nas diversas esferas profissionais e na educação

Os gêneros de texto, no ensino, são diferentes formas de aquisição e de produção de conhecimento em todas as áreas. Nesse sentido, eles podem ser vistos como “ferramenta”. É importante ter presente que, no plano de recepção e produção,

atividades de decodificação, compreensão e interpretação de cada um dos gêneros podem ser orientadas e realizadas a partir dos propósitos comunicativos de leitura e de produção e das condições de recepção de cada leitor, ou seja, de que conhecimentos e habilidades ele precisa dispor para tal tarefa. Ainda, em situações de ensino, é preciso examinar em que cada um dos gêneros de texto contribui para a aquisição de conhecimentos. Além disso, cabe verificar que conhecimentos (tipos, graus, níveis) eles veiculam. Desse modo, parece-nos que os gêneros, além de sua função primordial nas práticas sociais de linguagem e de tantas outras funções que exercem na educação, são uma das formas de acesso e de produção de conhecimentos.

Torna-se óbvia a utilidade e importância da noção de gênero textual/discursivo no ensino, na formação de professores e nas diferentes áreas profissionais: é um instrumento para o desenvolvimento da competência discursiva, que habilita o usuário da língua a interagir mais adequadamente na vida social. Bronckart apud Pereira et al. (2006) afirma que a apropriação dos gêneros assume grande importância como um instrumento de socialização, já que promove a inserção do falante em atividades de interação social. O papel da educação, em qualquer nível, é facilitar a apropriação dos gêneros com os quais os estudantes estão pouco familiarizados, mas dos quais necessitam em suas interações cotidianas ou ocasionais. Não se trata, pois, de trabalho exclusivo da área da linguagem, trata-se, antes, de oportunizar aos usuários da língua o desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas práticas de linguagem em sentido amplo, ou seja, na vida do indivíduo em sua relação com os outros.

O estudo e a apropriação de gêneros textuais é um caminho, também postulado, a partir de 1997, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para que o ensino de língua priorize os aspectos referentes ao discurso, levando em conta, principalmente, quem é o locutor, a quem se dirige, com que objetivo comunicativo, que relações existem entre os interlocutores, em que contexto sociocultural e histórico a interação acontece, e que recursos lingüísticos são usados para concretizar a interação. Nesse processo,

as pessoas, agentes verbais, procuram atingir objetivos, estabelecer relações, causar efeitos, desencadear comportamentos, enfim, buscam atuar dentro de seu grupo social. Para isso, produzem diferentes textos, com base em diversas formas de expressão verbal e não-verbal. (PEREIRA et al., 2006, p. 28).

O foco no gênero, nos ambientes educacionais e profissionais, incluindo-se aqui a formação de professores, pode contribuir para a produção de textos mais adequados às diferentes situações de comunicação, tanto oral quanto escrita, viabilizando interações com maior qualidade. Meurer (2000, p. 149) reforça a importância de o

ensino da linguagem ter como foco os gêneros de texto quando afirma: “[...] proponho, no presente trabalho, que o aprendizado da linguagem humana (tanto materna como as línguas estrangeiras) seja visto como o desenvolvimento da competência no uso de um número crescente de *gêneros textuais*”. (grifo do autor.).

Dito de outro modo, os gêneros textuais/discursivos, tomados como objeto de ensino e de aprendizagem nas diversas áreas do conhecimento e da atividade humana, podem promover o desenvolvimento da competência discursiva, elemento crucial na interação social situada, intermediada pela linguagem.

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Introdução, trad. e notas de Quintín Racionero. Madri: Gredos, 1994.
- _____. *Organon – V Tópicos*. Trad. e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães, LDA, 1987.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: M. Fontes, [1979] 2003.
- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BHATIA, V. K. *Analysing genre: language use in professional settings*. New York: Longman, 1993.
- _____. Análise de gêneros hoje. Trad. de Benedito Gomes Bezerra. *Revue Belge de Philologie et d' Histoire*, Bruxelles, n. 75, p. 629-652, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. SEF: Brasília, 1997.
- BRONCKART, J-P. *Activité langagière, textes et discours: pour un interactionisme socio-discursif*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1997.
- _____. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo-discursivo*. Trad. de Anna Rachel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 2004.
- _____. Une introduction aux théories de l'action. *Carnets des Sciences de L'éducation*. Faculté de psychologie et des sciences de l'éducation. Université de Genève, 2005.
- _____. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter. Introduction: New views of genre and their implications for education. In: _____; _____ (Org.). *Learning and teaching genre*. Portsmouth, NH: Boynton; Cook; Heinemann, 1994.

HABERMAS, J. *Teories de l'agir communicational: rationalité de l'agir et rationalization de la société*. Paris: Fayard, 1987.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. *Gêneros textuais & ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MEURER, José Luiz; ROTH, Désirée Motta (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Bauru: Edusc, 2002.

MILLER, C. R. Rethorical community: the cultural basis of genres. In: FREEDMAN, A. MEDWAY, P. (Eds.). *Genre and the newrhetoric*. London: Taylor & Francis, 1994.

PEREIRA, Cilene da Cunha et al. Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; SANTOS, Leonor Werneck dos. (Org.). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PLATÃO. *A República*. Introdução, trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: M. Fontes, 1980.

VIGOTSKY, L. S. *Pensée et langage*. Paris: Éditions Sociales, 1985.